



Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará
Fone: (85) 3464.2100 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

Comunicado

Em resposta a solicitação feita através do ofício nº 01075/2023/CFO, encaminho o contrato e todos os aditivos referentes a empresa SLS Terceirização de Serviços EIRELI com este regional.

Fortaleza, 11 de agosto de 2023

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS RENAN DE OLIVEIRA SOUSA
Data: 11/08/2023 10:54:41-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Carlos Renan de Oliveira Sousa
Administrator CRA-CE 15306
Gestor de Contratos CRO/CE



TERMO DE CONTRATO Nº 001/2020

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.299.589/0001-10, com sede na Rua Gonçalves Ledo, nº 1655, Joaquim Távora, CEP nº 60.100-261, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo respectivo **Presidente o Sr. Gládyo Gonçalves Vidal**, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa **SLS Terceirização de Serviços Eireli**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à rua Luiz Gama, nº280, Bairro Luciano Cavalcante, cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **Victor Simão Bedê**, portador do CPF nº 007.514.943-56, doravante denominada CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial tombado sob o nº 001/2020, em conformidade com o a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato à **contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, nas categorias de Agente Administrativo (9 vagas), para exercer as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, conforme ANEXO I do Edital e da proposta adjudicada.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

3.1. O valor global da presente avença é de **R\$ 474.460,68 (Quatrocentos e Setenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Sessenta Reais e Sessenta e Oito Centavos)**, a ser pago na proporção da execução dos serviços licitados, segundo a(s) **ORDÉM(NS) DE SERVIÇO(S)/AUTORIZA(ÇÃO)(ÇÕES) DE EXECUÇÃO** expedidas pela Administração, bem como encaminhamento para o Setor Financeiro do CRO-CE das notas fiscais, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta, os valores constantes do Anexo I deste contrato, bem como de toda documentação a seguir:

FOLHA DE PAGAMENTO:

- **Comprovante de entrega de vale transporte e vale alimentação;**
- **Comprovante de recolhimento dos Encargos sociais;**
- **Apresentação da GFIP/SESIP, e a respectiva conectividade;**
- **Planilha de composição de Custos da fatura;**
- **Nota Fiscal do respectivo recibo;**

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, antes de decorridos 12 (doze) meses da contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

3.4. Por ocasião da execução dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome do Conselho Regional de Odontologia do Ceará.



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará por 12 meses a contar da data da sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes das contratações que poderão advir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Anual, sob a seguinte dotação orçamentária:

6.2.2.1.1.01.04.04.004.044.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Federal n.º 10.520/02.

6.2. O CONTRATADO obriga-se a:

- a) executar os serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo CRO/CE, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem a execução, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) **A empresa prestadora de serviços deverá disponibilizar para os funcionários que serão lotados no referido contrato, um controle de ponto através de um software via internet, no qual o registro do ponto seja feito através da digital do funcionário, disponibilizado no local onde o funcionário esteja lotado. O mesmo, caso seja necessário, quando do início do contrato deverá ser disponibilizado, devendo ser gerado mensalmente, um relatório a ser vistado pelo Gestor do Contrato no CRO-CE;**
- c) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da execução;
- d) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- e) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CRO/CE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- g) aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem na execução, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- h) executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do CRO/CE;
- i) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- j) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRO/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao CRO/CE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- k) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do CRO/CE, no tocante a execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;



- l) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- m) comunicar imediatamente ao CRO/CE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- n) possibilitar ao CRO/CE efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o CRO/CE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os serviços recusados pela Administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado;
- p) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos serviços do CRO/CE, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a execução objeto desta ata;
- q) manter seus empregados, quando nas dependências do CRO/CE, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;
- r) manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

6.2.2. No caso de constatação da inadequação dos serviços fornecidos às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessário a execução dos serviços, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

6.3.2. efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

7.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega do objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Conselho Regional de Odontologia do Ceará e será descredenciado no Cadastro do CRO/CE pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

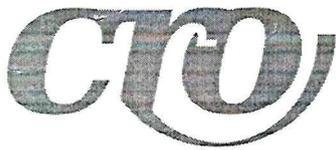
I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:

- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a Carta Proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

7.1.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de serviços/autorização de execução no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

7.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do bem requisitado;

3



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



7.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do execução/conclusão dos serviços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

7.2.1. Advertência;

7.2.2. Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

7.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro do Conselho no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação – DA.

7.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

7.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

7.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

7.5. A falta dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

7.6. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no CRO/CE em favor da Contratada ou cobrada judicialmente, na inexistência deste.

7.7. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



- 9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.
- 9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.
- 9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.
- 9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.
- 9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá sub-contratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
- 9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.
- 9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.
- 9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximidos a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DEZ - DO FORO

10.1. O foro da Comarca de Fortaleza é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado no Setor Jurídico-CRO-CE, conforme processo licitatório 001/2020, e perante testemunhas que também o assinam, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza-CE , 05 de MAIO de 2021.

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CRO-CE
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ:04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF: 007.514.943-56 - RG: 2001013006257
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Neimar Manoel Rê CPF. Nº 006.877.063-10
2. Guiliana Vasconcelos Freitas CPF. Nº 617079023-72



ANEXO I AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2020 - Ref. Pregão Presencial 001/2020
ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS QUANTITATIVOS E EMPRESA FORNECEDORA

Este documento é parte integrante do Termo de Contrato nº 001/2020, celebrada entre o Conselho Regional de Odontologia do Ceará e a Empresa cujos preços estão a seguir relacionados, em face à realização do Pregão Presencial N.º 01/2020
LICITANTE: SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 04.367.730/001-86

CATEGORIA	QTD	SALARIO BASE	ENC. SOCIAIS	MONT A	V A	CESTA BASIC	V T	PLANO SAUDE	Farda	TX. ADM	TRIB	MONT B	VR. UNIT(A+B)	VR. TOTAL (MENSAL)
AGENTE ADMINISTRATIVO – NIVEL I (Fortaleza)	5	1.829,35	1.250,36	3.079,71	435,60	75,00	48,64	35,89	0,00	-80,07	512,25	1.027,31	4.107,02	R\$ 20.535,10
AGENTE ADMINISTRATIVO – NIVEL I (Sobral)	1	1.829,35	1.250,36	3.079,71	435,60	75,00		35,89	0,00	-80,07	434,40	900,82	3.980,53	R\$ 3.980,53
AGENTE ADMINISTRATIVO – NIVEL I (Juazeiro do Norte)	1	1.829,35	1.250,36	3.079,71	435,60	75,00		35,89	0,00	-80,07	505,32	971,74	4.051,45	R\$ 4.051,45
AGENTE ADMINISTRATIVO – NIVEL II (Fortaleza)	1	2.053,21	1.403,37	3.456,58	435,60	75,00	35,21	35,89	0,00	-89,87	562,65	1.054,48	4.511,06	R\$ 4.511,06
AGENTE ADMINISTRATIVO – NIVEL III (Fortaleza)	1	2.701,32	1.846,35	4.547,67	435,60	75,00		35,89	0,00	-118,24	709,07	1.137,32	5.684,99	R\$ 5.684,99
PREVISÃO PARA AUXÍLIO/ BENEFÍCIO PREVISTOS NAS CCTO													VALOR MENSAL	R\$ 38.763,13
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES													VALOR TOTAL MENSAL	R\$ 775,26
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES													VALOR TOTAL MENSAL	R\$ 39.538,39
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES													VALOR TOTAL MENSAL	R\$ 474.460,68

1. Valor Global do Contrato: R\$ 474.460,68
Centavos; Quatrocentos e Setenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Sessenta Reais e Sessenta e Oito Centavos;

*MEDIANTE O PREENCHIMENTO DAS VAGAS SOLICITADAS;

GLÁDYA GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CRO-CE
CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DO CEARÁ

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ:04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDE
CPF: 007.514.943-56 - RG: 2001013006257
CONTRATADA



1º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2020

1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 001/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº001/2020, que entre si celebram de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ**, pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 07.299.589/0001-10, através do Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, neste ato representado pelo respectivo Presidente, Sr. **Gládyo Gonçalves Vidal**, neste instrumento denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a **SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Luiz Gama, no.280, Bairro Luciano Cavalcante, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **VICTOR SIMÃO BEDÊ**, portador do CPF nº 007.514.943-56, neste ato denominada **CONTRATADA**, para os fins que indica.

PREÂMBULO

Aos 05 de Maio de 2021 firma-se o Contrato nº 001/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 001/2020, contendo as seguintes Cláusulas, condições e alterações, que possa a fazer parte do processo licitatório referido;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS FINALIDADES

- 1.1. O presente Termo de Aditivo tem por finalidades:
- Prorrogar por mais 12 (doze) meses, do prazo determinado no Contrato original, estipulado para a execução dos serviços tratados no Processo Licitatório Pregão Presencial nº 001/2020, o qual prevê a contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, na categoria de Agente Administrativo, para exercer as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, contados a partir da data da assinatura deste instrumento;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

§ 1º, Inciso III, do art. 57 e Processo Licitatório Pregão Presencial nº 013.1/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS

Permanecem inalterados todas as demais Cláusulas constantes do Contrato original e seus aditivos.

E assim, por estarem justos e acordados, para a validade do que foi pactuado, firmam o presente Termo de Aditivo na presença de 02 (duas)



testemunhas maiores, capazes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Fortaleza(CE), 05 de Maio de 2022


GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DO CEARÁ - CRO/CE
CONTRATANTE


SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ N° 04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF N°. 007.514.943-56
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. Gustiana Vasconcelos Freitas CPF 617079023-72.
2. _____



2º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2020

2º Termo de Aditivo ao Contrato nº 001/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº001/2020, que entre si celebram de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ**, pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 07.299.589/0001-10, através do Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, neste ato representado pelo respectivo Presidente, Sr. **Gládyo Gonçalves Vidal**, neste instrumento denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a **SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Luiz Gama, no.280, Bairro Luciano Cavalcante, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **VICTOR SIMÃO BEDÊ**, portador do CPF nº 007.514.943-56, neste ato denominada **CONTRATADA**, para os fins que indica.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

Os Contratantes celebraram Termo de Contrato nº 001/2020 em 05 de maio de 2021, com vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, de conformidade com o Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial nº 001/2020; 1º aditivo foi celebrado em 05 de maio de 2022, tendo como objeto a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO ADITIVO

O objeto do presente aditivo é o reequilíbrio econômico e financeiro para referido objeto de contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, nas categorias de Agente Administrativo (09) nove vagas para exercer as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, devendo ser aplicados os novos valores, de acordo com as planilhas de cálculo em anexo, referentes as Convenções Coletivas de 2021 e 2022, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2022, conforme Convenções Coletivas de Trabalho 2021 e 2022, celebrado entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONS DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ nº 11.088.721/0001-11 e SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, CNPJ nº 23.443.849/0001-35, a CCT de 2021 protocolada em 19.02.2021, sob o registro MTE nº CE 000173/2021; solicitação nº MR008154/2021 e processo nº 13624.100729/2021-22 e a CCT de 2022, protocolada em 11.02.2022, sob o registro MTE nº CE 000092/2022; solicitação nº MR005653/2022 e processo nº 13624.100537/2022-05, nos termos do artigo 65, II “d”, da Lei Federal nº 8.666/93.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL DO ADITIVO

Com a repactuação (reequilíbrio econômico e financeiro) ora firmada, o valor global do presente contrato passa a ser de **R\$ 545.718,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e dezoito reais)**, conforme planilha em anexo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalterados todas as demais Cláusulas constantes do Contrato original e seus aditivos.

E assim, por estarem justos e acordados, para a validade do que foi pactuado, firmam o presente Termo de Aditivo na presença de 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Fortaleza (CE), **30 de Novembro de 2022**


GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DO CEARÁ – CRO/CE
CONTRATANTE


SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF Nº. 007.514.943-56
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

PLANILHA CCT 2022 ASSEIO E INFORMATICA

CATEGORIA	QTD	SALARIO BASE CCT 2022	68,35%		MONT A	V A	CESTA BÁSIC	V T	3,90	41,00	10,00	-2,60%	12,25%		VR. TOTAL (MENSAL)
			ENC. SOCIAIS	MONT B									TX. ADM	TRIB	
AGENTE ADMINISTRATIVO – NÍVEL I (Fortaleza)	5	2.106,00	1.439,45	3.545,45	503,34	88,04	45,24	41,00	0,00	0,00	-92,18	588,65	1.174,09	4.719,54	R\$ 23.697,70
AGENTE ADMINISTRATIVO – NÍVEL I (Sobral)	1	2.106,00	1.439,45	3.545,45	503,34	88,04		41,00	0,00	0,00	-92,18	500,49	1.040,69	4.586,14	R\$ 4.586,14
AGENTE ADMINISTRATIVO – NÍVEL I (Juazeiro do Norte)	1	2.106,00	1.439,45	3.545,45	503,34	88,04		41,00	0,00	0,00	-92,18	562,21	1.122,41	4.667,86	R\$ 4.667,86
AGENTE ADMINISTRATIVO – NÍVEL II (Fortaleza)	1	2.363,71	1.615,60	3.979,31	503,34	88,04	29,78	41,00	0,00	0,00	-103,46	646,67	1.205,37	5.184,68	R\$ 5.184,68
AGENTE ADMINISTRATIVO – NÍVEL III (Fortaleza)	1	3.109,83	2.125,57	5.235,40	503,34	88,04		41,00	0,00	0,00	-136,12	816,76	1.313,02	6.548,42	R\$ 6.548,42
	9														
PREVISÃO PARA AUXÍLIO/BENEFÍCIO PREVISTOS NAS CCTO) 2,00%															
VALOR MENSAL R\$ 891,70															
VALOR TOTAL MENSAL R\$ 45.476,50															
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES R\$ 545.718,00															

1. Valor Global da Proposta: R\$ 545.718,00

quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e dezolito reais



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



3º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2020

3º Termo de Aditivo ao Contrato nº 001/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº001/2020, que entre si celebram de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ**, pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 07.299.589/0001-10, através do Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, neste ato representado pelo respectivo Presidente, Sr. **Gládyo Gonçalves Vidal**, neste instrumento denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a **SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Luiz Gama, no.280, Bairro Luciano Cavalcante, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **VICTOR SIMÃO BEDÊ**, portador do CPF nº 007.514.943-56, neste ato denominada CONTRATADA, para os fins que indica.

PREÂMBULO

Aos 05 dias do mês de maio de dois mil e vinte e um firmou-se o Contrato nº 001/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 001/2020; 1º aditivo foi celebrado em 05 de maio de 2022, tendo como objeto a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses; 2º aditivo foi celebrado em 30 de setembro de 2022 objetivando o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato, contendo as seguintes Cláusulas, condições e alterações, que possa a fazer parte do processo licitatório referido.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS FINALIDADES

O presente Termo de Aditivo tem por finalidade PRORROGAR POR MAIS 12 (DOZE) MESES, do prazo determinado no Contrato original, a começar do dia 05.05.2023, estipulado para a execução dos serviços tratados no Processo Licitatório Pregão Presencial nº 001/2020, o qual prevê a contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, nas categorias de agente administrativo (09-nove), para exercer as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 que fundamenta o referido objeto e Processo Licitatório Pregão Presencial nº 001/2020.



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS

Permanecem inalterados todas as demais Cláusulas constantes do Contrato original e seus aditivos.

E assim, por estarem justos e acordados, para a validade do que foi pactuado, firmam o presente Termo de Aditivo na presença de 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Fortaleza (CE), 05 de MAIO de 2023

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DO CEARÁ - CRO/CE
CONTRATANTE

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF Nº. 007.514.943-56
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. Simas Acácio Barros
013.607.763-51

2. _____



TERMO DE CONTRATO Nº 001.01 /2020

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.299.589/0001-10, com sede na Rua Gonçalves Ledo, nº 1655, Joaquim Távora, CEP nº 60.100-261, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo respectivo **Presidente o Sr. Gládyo Gonçalves Vidal**, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa **SLS Terceirização de Serviços Eireli**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à rua Luiz Gama, nº280, Bairro Luciano Cavalcante, cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **Victor Simão Bedê**, portador do CPF nº 007.514.943-56, doravante denominada CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial tombado sob o nº 001/2020, em conformidade com o a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato à **contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, nas categorias de Agente Administrativo (2 vagas), para exercer as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará**, conforme ANEXO I do Edital e da proposta adjudicada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

3.1. O valor global da presente avença é de **R\$ 119.854,20 (Cento e Dezenove Mil, Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais e Vinte centavos)**, a ser pago na proporção da execução dos serviços licitados, segundo a(s) ORDEM(NS) DE SERVIÇO(S)/AUTORIZA(ÇÃO)(ÇÕES) DE EXECUÇÃO expedidas pela Administração, bem como encaminhamento para o Setor Financeiro do CRO-CE das notas fiscais, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta, os valores constantes do Anexo I deste contrato, bem como de toda documentação a seguir:

FOLHA DE PAGAMENTO:

- **Comprovante de entrega de vale transporte e vale alimentação;**
- **Comprovante de recolhimento dos Encargos sociais;**
- **Apresentação da GFIP/SESIP, e a respectiva conectividade;**
- **Planilha de composição de Custos da fatura;**
- **Nota Fiscal do respectivo recibo;**

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, antes de decorridos 12 (doze) meses da contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

3.4. Por ocasião da execução dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome do Conselho Regional de Odontologia do Ceará.



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará por 12 meses a contar da data da sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes das contratações que poderão advir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Anual, sob a seguinte dotação orçamentária:

6.2.2.1.1.01.04.04.004.044.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Federal nº 10.520/02.

6.2. O CONTRATADO obriga-se a:

- a) executar os serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo CRO/CE, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem a execução, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) **A empresa prestadora de serviços deverá disponibilizar para os funcionários que serão lotados no referido contrato, um controle de ponto através de um software via internet, no qual o registro do ponto seja feito através da digital do funcionário, disponibilizado no local onde o funcionário esteja lotado. O mesmo, caso seja necessário, quando do início do contrato deverá ser disponibilizado, devendo ser gerado mensalmente, um relatório a ser vistado pelo Gestor do Contrato no CRO-CE;**
- c) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da execução;
- d) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- e) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CRO/CE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- g) aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem na execução, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- h) executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do CRO/CE;
- i) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- j) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRO/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao CRO/CE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- k) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do CRO/CE, no tocante a execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;



- l) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- m) comunicar imediatamente ao CRO/CE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- n) possibilitar ao CRO/CE efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o CRO/CE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os serviços recusados pela Administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado;
- p) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos serviços do CRO/CE, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a execução objeto desta ata;
- q) manter seus empregados, quando nas dependências do CRO/CE, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;
- r) manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

6.2.2. No caso de constatação da inadequação dos serviços fornecidos às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessário a execução dos serviços, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

6.3.2. efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

7.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega do objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Conselho Regional de Odontologia do Ceará e será descredenciado no Cadastro do CRO/CE pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:

- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a Carta Proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

7.1.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de serviços/autorização de execução no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

7.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do bem requisitado;

3



7.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do execução/conclusão dos serviços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

7.2.1. Advertência;

7.2.2. Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

7.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro do Conselho no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação – DA.

7.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

7.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

7.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

7.5. A falta dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

7.6. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no CRO/CE em favor da Contratada ou cobrada judicialmente, na inexistência deste.

7.7. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



- 9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.
- 9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.
- 9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.
- 9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.
- 9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá sub-contratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
- 9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.
- 9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.
- 9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximidos a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DEZ - DO FORO

10.1. O foro da Comarca de Fortaleza é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado no Setor Jurídico-CRO-CE, conforme processo licitatório 001/2020, e perante testemunhas que também o assinam, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza-CE , 01 de SETEMBRO de 2021.

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CRO-CE
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ:04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF: 007.514.943-56 - RG: 2001013006257
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Eustiana Vasconcelos Freitas CPF. Nº 617079023-72
2. _____ CPF. Nº _____



**ANEXO I AO TERMO DE CONTRATO Nº 001.01/2020- Ref. Pregão Presencial 001/2020
 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTITATIVOS E EMPRESA FORNECEDORA**

Este documento é parte integrante do Termo de Contrato nº 001.01 /2020, celebrada entre o Conselho Regional de Odontologia do Ceará e a Empresa cujos preços estão a seguir relacionados, em face à realização do Pregão Presencial N.º 01/2020
LICITANTE: SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 04.367.730/001-86

CATEGORIA	QTD	SALARIO BASE	ENC. SOCIAIS	MONT A	V A	CESTA BASIC	V T	PLANO SAUDE	Farda	TX. ADM	TRIB	MONT B	VR. UNIT(A+B)	VR. TOTAL (MENSAL)
AGENTE ADMINISTRATIVO - NIVEL I (Fortaleza)	1	1.829,35	1.250,36	3.079,71	435,60	75,00	48,64	35,89	0,00	-80,07	512,25	1.027,31	4.107,02	R\$ 4.107,02
AGENTE ADMINISTRATIVO - NIVEL III (Fortaleza)	1	2.701,32	1.846,35	4.547,67	435,60	75,00		35,89	0,00	-118,24	709,07	1.137,32	5.684,99	R\$ 5.684,99
PREVISÃO PARA AUXÍLIO/ BENEFÍCIO PREVISTOS NAS CCTO													VALOR MENSAL	R\$ 9.792,01
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES													VALOR TOTAL MENSAL	R\$ 195,84
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES													VALOR TOTAL MENSAL	R\$ 9.987,85
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES													VALOR TOTAL MENSAL	R\$ 119.854,20

1. Valor Global do Contrato: **R\$ 119.854,20**

Cento e Quarenta e Três Mil, Oitocentos e Vinte e Cinco Reais e Quatro Centavos;

*MEDIANTE O PREENCHIMENTO DAS VAGAS SOLICITADAS;

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
 PRESIDENTE DO CRO-CE
 CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
 CNPJ:04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
 CPF: 007.514.943-56 - RG: 2001013006257
 CONTRATADA



1º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2020

1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 001.01/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº001/2020, que entre si celebram de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ**, pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 07.299.589/0001-10, através do Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, neste ato representado pelo respectivo Presidente, Sr. **Gládyo Gonçalves Vidal**, neste instrumento denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a **SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Luiz Gama, no.280, Bairro Luciano Cavalcante, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **VICTOR SIMÃO BEDÊ**, portador do CPF nº 007.514.943-56, neste ato denominada CONTRATADA, para os fins que indica.

PREÂMBULO

Aos 01 de Setembro de 2021 firma-se o Contrato nº 001.012020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 001/2020, contendo as seguintes Cláusulas, condições e alterações, que possa a fazer parte do processo licitatório referido;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS FINALIDADES

- 1.1. O presente Termo de Aditivo tem por finalidades:
- Prorrogar por mais 12 (doze) meses, do prazo determinado no Contrato original, estipulado para a execução dos serviços tratados no Processo Licitatório Pregão Presencial nº 001/2020, o qual prevê a contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, na categoria de Agente Administrativo (sendo 02 vagas sendo: 01 AG.ADM nível I; 01 AG.ADM nível III), para exercer as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, contados a partir da data da assinatura deste instrumento;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

§ 1º, Inciso III, do art. 57 e Processo Licitatório Pregão Presencial nº 001/2020.

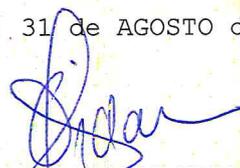
CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS

Permanecem inalterados todas as demais Cláusulas constantes do Contrato original e seus aditivos.



E assim, por estarem justos e acordados, para a validade do que foi pactuado, firmam o presente Termo de Aditivo na presença de 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Fortaleza(CE), 31 de AGOSTO de 2022

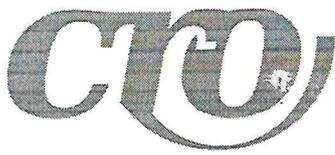

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DO CEARÁ - CRO/CE
CONTRATANTE


SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ N° 04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF N°. 007.514.943-56
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. Evstiana Vasconcelos Freitas 617079023-72.

2. Janderson Jozão de Oliveira 617.025.523-49.



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



2º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001.01/2020

2º Termo de Aditivo ao Contrato nº 001.01/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº001/2020, que entre si celebram de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ**, pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 07.299.589/0001-10, através do Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, neste ato representado pelo respectivo Presidente, Sr. **Gládyo Gonçalves Vidal**, neste instrumento denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a **SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Luiz Gama, no.280, Bairro Luciano Cavalcante, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **VICTOR SIMÃO BEDÊ**, portador do CPF nº 007.514.943-56, neste ato denominada **CONTRATADA**, para os fins que indica.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

Os Contratantes celebraram Termo de Contrato nº 001.01/2020 em 01 de setembro de 2021, com vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, de conformidade com o Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial nº 001/2020; 1º aditivo foi celebrado em 31 de agosto de 2022, tendo como objeto a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO ADITIVO

O objeto do presente aditivo é o reequilíbrio econômico e financeiro para referido objeto de contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, nas categorias de Agente Administrativo (02) duas vagas para exercer as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, devendo ser aplicados os novos valores, de acordo com as planilhas de cálculo em anexo, referentes as Convenções Coletivas de 2021 e 2022, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2022, conforme Convenções Coletivas de Trabalho 2021 e 2022, celebrado entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONS DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ nº 11.088.721/0001-11 e SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, CNPJ nº 23.443.849/0001-35, a CCT de 2021 protocolada em 19.02.2021, sob o registro MTE nº CE 000173/2021; solicitação nº MR008154/2021 e processo nº 13624.100729/2021-22 e a CCT de 2022, protocolada em 11.02.2022, sob o registro MTE nº CE 000092/2022; solicitação nº MR005653/2022 e processo nº 13624.100537/2022-05, nos termos do artigo 65, II “d”, da Lei Federal nº 8.666/93.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL DO ADITIVO

Com a repactuação (reequilíbrio econômico e financeiro) ora firmada, o valor global do presente contrato passa a ser de **R\$ 137.919,84 (cento e trinta e sete mil, novecentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme planilha em anexo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalterados todas as demais Cláusulas constantes do Contrato original e seus aditivos.

E assim, por estarem justos e acordados, para a validade do que foi pactuado, firmam o presente Termo de Aditivo na presença de 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Fortaleza (CE), **30 de Novembro de 2022**


GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DO CEARÁ – CRO/CE
CONTRATANTE


SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF Nº. 007.514.943-56
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

PLANILHA CCT 2022 ASSEIO E INFORMATICA

CATEGORIA	QTD	SALARIO BASE CCT 2022	ENC. SOCIAIS	MONT A	V A	CESTA BASICA	V T	PLANO SAUDE	Farda	TX. ADM	12,25%		VR. TOTAL (MENSAL)
											10,06%	14,25%	
AGENTE ADMINISTRATIVO – NIVEL I (Fortaleza)	1	2.106,00	1.439,45	3.545,45	503,34	88,04	45,24	41,00	0,00	-82,18	1.174,09	4.719,54	R\$ 4.719,54
AGENTE ADMINISTRATIVO – NIVEL III (Fortaleza)	1	3.109,83	2.125,57	5.235,40	503,34	88,04		41,00	0,00	-138,12	1.313,02	6.546,42	R\$ 6.546,42
	2												R\$ 11.267,96
PREVISÃO PARA AUXÍLIO/BENEFÍCIO PREVISTOS NAS CCTO													R\$ 225,36
VALOR TOTAL MENSAL													R\$ 11.493,32
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES													R\$ 137.919,84

1. Valor Global da Proposta: R\$ 137.919,84

cento e trinta e sete mil, novecentos e dezasseis reais e oitenta e quatro centavos



TERMO DE CONTRATO Nº 001.02/2020

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.299.589/0001-10, com sede na Rua Gonçalves Ledo, nº 1655, Joaquim Távora, CEP nº 60.100-261, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo respectivo **Presidente o Sr. Gládyo Gonçalves Vidal**, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa **SLS Terceirização de Serviços Eireli**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à rua Luiz Gama, nº280, Bairro Luciano Cavalcante, cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **Victor Simão Bedê**, portador do CPF nº 007.514.943-56, doravante denominada CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial tombado sob o nº 001/2020, em conformidade com o a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato à **contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, na categoria de Técnico de suporte operacional em Hardware e Software (1 vaga) para exercer as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará**, conforme ANEXO I do Edital e da proposta adjudicada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ **68.273,04 (Sessenta e Oito Mil, Duzentos e Setenta e Três Mil Reais e Quatro Centavos)**

A ser pago na proporção da execução dos serviços licitados, segundo a(s) ORDEM(NS) DE SERVIÇO(S)/AUTORIZA(ÇÃO)(ÇÕES) DE EXECUÇÃO expedidas pela Administração, bem como encaminhamento para o Setor Financeiro do CRO-CE das notas fiscais, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta, os valores constantes do Anexo I deste contrato, bem como de toda documentação a seguir:

FOLHA DE PAGAMENTO:

- **Comprovante de entrega de vale transporte e vale alimentação;**
- **Comprovante de recolhimento dos Encargos sociais;**
- **Apresentação da GFIP/SESIP, e a respectiva conectividade;**
- **Planilha de composição de Custos da fatura;**
- **Nota Fiscal do respectivo recibo;**

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, antes de decorridos 12 (doze) meses da contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

3.4. Por ocasião da execução dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome do Conselho Regional de Odontologia do Ceará.



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará por 12 meses a contar da data da sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes das contratações que poderão advir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Anual, sob a seguinte dotação orçamentária:

6.2.2.1.1.01.04.04.004.044.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Federal nº 10.520/02.

6.2. O CONTRATADO obriga-se a:

- a) executar os serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo CRO/CE, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem a execução, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) A empresa prestadora de serviços deverá disponibilizar para os funcionários que serão lotados no referido contrato, um controle de ponto através de um software via internet, no qual o registro do ponto seja feito através da digital do funcionário, disponibilizado no local onde o funcionário esteja lotado. O mesmo, caso seja necessário, quando do início do contrato deverá ser disponibilizado, devendo ser gerado mensalmente, um relatório a ser vistado pelo Gestor do Contrato no CRO-CE;**
- c) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da execução;
- d) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- e) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CRO/CE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- g) aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem na execução, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- h) executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do CRO/CE;
- i) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- j) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRO/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao CRO/CE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- k) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do CRO/CE, no tocante a execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;



- l) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- m) comunicar imediatamente ao CRO/CE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- n) possibilitar ao CRO/CE efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o CRO/CE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os serviços recusados pela Administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado;
- p) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos serviços do CRO/CE, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a execução objeto desta ata;
- q) manter seus empregados, quando nas dependências do CRO/CE, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;
- r) manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

6.2.2. No caso de constatação da inadequação dos serviços fornecidos às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessário a execução dos serviços, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

6.3.2. efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

7.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega do objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Conselho Regional de Odontologia do Ceará e será descredenciado no Cadastro do CRO/CE pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:

- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a Carta Proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

7.1.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de serviços/autorização de execução no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;



7.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do bem requisitado;

7.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do execução/conclusão dos serviços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

7.2.1. Advertência;

7.2.2. Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

7.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro do Conselho no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação – DA.

7.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

7.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

7.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

7.5. A falta dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

7.6. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no CRO/CE em favor da Contratada ou cobrada judicialmente, na inexistência deste.

7.7. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.



CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.
- 9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.
- 9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.
- 9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.
- 9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá sub-contratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
- 9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.
- 9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.
- 9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximidos a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DEZ - DO FORO

10.1. O foro da Comarca de Fortaleza é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado no Setor Jurídico-CRO-CE, conforme processo licitatório 001/2020, e perante testemunhas que também o assinam, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza-CE, 02 de FEVEREIRO de 2022.

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CRO-CE
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ:04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF: 007.514.943-56 - RG: 2001013006257
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. José Luiz de Oliveira CPF. Nº 23412194387
2. Christina Vasconcelos Freitas CPF. Nº 617079023-70



ANEXO I AO TERMO DE CONTRATO Nº 001.02/2021
ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTITATIVOS E EMPRESA FORNECEDORA

Este documento é parte integrante do Termo de Contrato nº 001/2020, celebrada entre o Conselho Regional de Odontologia do Ceará e a Empresa cujos preços estão a seguir relacionados, em face à realização do Pregão Presencial N.º 01/2020
LICITANTE: SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 04.367.730/001-86

CATEGORIA	QTD	SALARIO BASE	ENC. SOCIAIS	MONT A	V A	CESTA BASIC	V T	PLANO SAUDE	Farda	TX. ADM	TRIB	MONT B	VR. UNIT(A+B)	VR. TOTAL (MENSAL)	VALOR MENSAL		
															68,35%	12,25%	
TÉCNICO EM HARDWARE E SOFTWARE (Fortaleza)	1	2.644,14	1.807,27	4.451,41	435,60	75,00		35,89	0,00	-115,74	695,71	1.126,46	5.577,87	R\$	5.577,87	R\$	111,55
PREVISÃO PARA AUXÍLIO/ BENEFÍCIO PREVISTOS NAS CCTO													2,00%	R\$	5.689,42		
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES														R\$	68.273,04		

1. Valor Global da Proposta:	R\$ 68.273,04
------------------------------	---------------

(Sessenta e Oito mil, duzentos e Setenta e Três Reais e quatro centavos)

[Assinatura]
GLÁDYO GONCALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CRO-CE
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ

[Assinatura]
SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ:04.367.730/001-86
VICTOR SIMÃO BEDIÊ
CPF: 007.514.943-56 - RG: 2001013006257
CONTRATADA



1º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001.02/2020

1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 001.02/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº001/2020, que entre si celebram de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ**, pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 07.299.589/0001-10, através do Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, neste ato representado pelo respectivo Presidente, Sr. **Gládyo Gonçalves Vidal**, neste instrumento denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a **SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Luiz Gama, no.280, Bairro Luciano Cavalcante, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **VICTOR SIMÃO BEDÊ**, portador do CPF nº 007.514.943-56, neste ato denominada **CONTRATADA**, para os fins que indica.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

Os Contratantes celebraram Termo de Contrato nº 001.02/2020 em 02 de fevereiro de 2022, com vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, de conformidade com o Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial nº 001/2020;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO ADITIVO

O objeto do presente aditivo é o reequilíbrio econômico e financeiro para referido objeto de contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, na categoria de técnico de suporte operacional em hardware e software para exercer as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, devendo ser aplicados os novos valores, de acordo com a planilha de cálculo em anexo, referente a Convenção Coletiva de 2022, tendo seus efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2022, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2022, celebrada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONS DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ nº 11.088.721/0001-11 e SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ nº 11.822.343/0001-58, protocolada em 17.03.2022, sob o registro MTE nº CE 000190/2022; solicitação nº MR010748/2022 e processo nº 13624.101017/2022-10, nos termos do artigo 65, II “d”, da Lei Federal nº 8.666/93.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL DO ADITIVO

Com a repactuação (reequilíbrio econômico e financeiro) ora firmada, o valor global do presente contrato passa a ser de **R\$ 78.910,08 (setenta e oito mil, novecentos e dez reais e oito centavos)**, conforme planilha em anexo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalterados todas as demais Cláusulas constantes do Contrato original e seus aditivos.

E assim, por estarem justos e acordados, para a validade do que foi pactuado, firmam o presente Termo de Aditivo na presença de 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Fortaleza (CE), **30 de Novembro de 2022**

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DO CEARÁ – CRO/CE
CONTRATANTE

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF Nº. 007.514.943-56
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

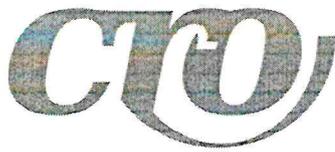
1. _____

2. _____

PLANILHA CCT 2022 ASSEIO E INFORMATICA

CATEGORIA	QTD	SALARIO BASE CCT 2022	ENC. SOCIAIS	MONT A	V A	CESTA BASICA	V T	PLANO SAUDE	Fardia	TX. ADM	12,25%		VR. TOTAL (MENSAL)
											10,06%	14,25%	
TÉCNICO EM HARDWARE E SOFTWARE (Fortaleza)	1	3.055,64	2.088,53	5.144,17	503,34	88,04		41,00	0,00	-133,75	804,10	6.446,90	
	1											6.446,90	
PREVISÃO PARA AUXÍLIO/ BENEFÍCIO PREVISTOS NAS CCTO													R\$ 128,94
VALOR TOTAL MENSAL													R\$ 6.575,84
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES													R\$ 78.910,08

1. Valor Global da Proposta: R\$ 78.910,08 setenta e oito mil, novecentos e dez reais e dez centavos



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



2º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001.02/2020

2º Termo de Aditivo ao Contrato nº 001.02/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº001/2020, que entre si celebram de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ**, pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 07.299.589/0001-10, através do Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, neste ato representado pelo respectivo Presidente, Sr. **Gládyo Gonçalves Vidal**, neste instrumento denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a **SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Luiz Gama, no.280, Bairro Luciano Cavalcante, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **VICTOR SIMÃO BEDÊ**, portador do CPF nº 007.514.943-56, neste ato denominada **CONTRATADA**, para os fins que indica.

PREÂMBULO

Aos 02 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte dois firmou-se o Contrato nº 001.02/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 001/2020, contendo as seguintes Cláusulas, condições e alterações, que possa a fazer parte do processo licitatório referido.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS FINALIDADES

O presente Termo de Aditivo tem por finalidade PRORROGAR POR MAIS 12 (DOZE) MESES, do prazo determinado no Contrato original, a começar do dia 02.02.2023, estipulado para a execução dos serviços tratados no Processo Licitatório Pregão Presencial nº 001/2020, o qual prevê a contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, na categoria de Técnico de Suporte Operacional em hardware e software (uma vaga), para exercer as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 que fundamenta o referido objeto e Processo Licitatório Pregão Presencial nº 001/2020.



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS

Permanecem inalterados todas as demais Cláusulas constantes do Contrato original e seus aditivos.

E assim, por estarem justos e acordados, para a validade do que foi pactuado, firmam o presente Termo de Aditivo na presença de 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Fortaleza (CE), 02 de **FEVEREIRO** de 2023

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DO CEARÁ - CRO/CE
CONTRATANTE

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF Nº. 007.514.943-56
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. Uelton Fouse - CPF: 613.946.513-20

2. _____



TERMO DE CONTRATO Nº 001.03/2020

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.299.589/0001-10, com sede na Rua Gonçalves Ledo, nº 1655, Joaquim Távora, CEP nº 60.100-261, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo respectivo **Presidente o Sr. Gládyo Gonçalves Vidal**, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa **SLS Terceirização de Serviços Eireli**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à rua Luiz Gama, nº280, Bairro Luciano Cavalcante, cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **Victor Simão Bedê**, portador do CPF nº 007.514.943-56, doravante denominada CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial tombado sob o nº 001/2020, em conformidade com o a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato à **contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, nas categorias de Agente Administrativo (05 vagas); Técnico de suporte operacional em Hardware e Software (01 vaga) e Auxiliar de Serviços Gerais (03 vagas) para exercerem as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, conforme ANEXO I do Edital e da proposta adjudicada.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

3.1. O valor global da presente avença é de **R\$ 488.600,88 (quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos reais e oitenta e oito centavos)**
Quatro Centavos)

A ser pago na proporção da execução dos serviços licitados, segundo a(s) **ORDEM(NS) DE SERVIÇO(S)/AUTORIZA(ÇÃO)(ÇÕES) DE EXECUÇÃO** expedidas pela Administração, bem como encaminhamento para o Setor Financeiro do CRO-CE das notas fiscais, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta, os valores constantes do Anexo I deste contrato, bem como de toda documentação a seguir:

FOLHA DE PAGAMENTO:

- **Comprovante de entrega de vale transporte e vale alimentação;**
- **Comprovante de recolhimento dos Encargos sociais;**
- **Apresentação da GFIP/SESIP, e a respectiva conectividade;**
- **Planilha de composição de Custos da fatura;**
- **Nota Fiscal do respectivo recibo;**

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, antes de decorridos 12 (doze) meses da contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

3.4. Por ocasião da execução dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome do Conselho Regional de Odontologia do Ceará.



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará por 12 meses a contar da data da sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes das contratações que poderão advir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Anual, sob a seguinte dotação orçamentária:

6.2.2.1.1.01.04.04.004.044.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Federal nº 10.520/02.

6.2. O CONTRATADO obriga-se a:

- a) executar os serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo CRO/CE, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem a execução, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) **A empresa prestadora de serviços deverá disponibilizar para os funcionários que serão lotados no referido contrato, um controle de ponto através de um software via internet, no qual o registro do ponto seja feito através da digital do funcionário, disponibilizado no local onde o funcionário esteja lotado. O mesmo, caso seja necessário, quando do início do contrato deverá ser disponibilizado, devendo ser gerado mensalmente, um relatório a ser vistado pelo Gestor do Contrato no CRO-CE;**
- c) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da execução;
- d) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- e) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CRO/CE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- g) aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem na execução, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- h) executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do CRO/CE;
- i) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- j) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRO/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao CRO/CE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- k) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do CRO/CE, no tocante a execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;



- l) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- m) comunicar imediatamente ao CRO/CE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- n) possibilitar ao CRO/CE efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o CRO/CE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os serviços recusados pela Administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado;
- p) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos serviços do CRO/CE, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a execução objeto desta ata;
- q) manter seus empregados, quando nas dependências do CRO/CE, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;
- r) manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

6.2.2. No caso de constatação da inadequação dos serviços fornecidos às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessário a execução dos serviços, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

6.3.2. efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

7.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega do objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Conselho Regional de Odontologia do Ceará e será descredenciado no Cadastro do CRO/CE pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:

- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a Carta Proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

7.1.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de serviços/autorização de execução no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;



7.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do bem requisitado;

7.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do execução/conclusão dos serviços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

7.2.1. Advertência;

7.2.2. Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

7.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro do Conselho no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação – DA.

7.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

7.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

7.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

7.5. A falta dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

7.6. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no CRO/CE em favor da Contratada ou cobrada judicialmente, na inexistência deste.

7.7. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.



CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.
- 9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.
- 9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.
- 9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.
- 9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
- 9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.
- 9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.
- 9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximidos a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DEZ - DO FORO

10.1. O foro da Comarca de Fortaleza é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado no Setor Jurídico-CRO-CE, conforme processo licitatório 001/2020, e perante testemunhas que também o assinam, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza-CE, **01 de ABRIL de 2022**

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CRO-CE
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ:04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF: 007.514.943-56 - RG: 2001013006257
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF. Nº _____

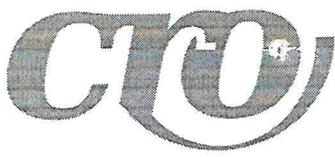
2. _____ CPF. Nº _____

PLANILHA LICITAÇÃO - VALOR LANCE FINAL

CATEGORIA	QTD	SALARIO BASE	ENC. SOCIAIS	MONT A	V A	CESTA BASIC	V T	PLANO SAUDE	Farda	TX. ADM	TRIB	12,25%	14,25%	VR. TOTAL (MENSAL)
												68,35%	20,00	
AGENTE ADMINISTRATIVO - NIVEL II (Fortaleza)	3	2.059,21	1.403,37	3.456,58	435,60	75,00	35,21	35,89	0,00	-89,87	582,65			13.533,18
AGENTE ADMINISTRATIVO - NIVEL III (Fortaleza)	2	2.701,32	1.846,35	4.547,67	435,60	75,00		35,89	0,00	-118,24	709,07			11.369,98
TÉCNICO EM HARDWARE E SOFTWARE (Fortaleza)	1	2.644,14	1.807,27	4.451,41	435,60	75,00		35,89	0,00	-115,74	695,71			5.577,87
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Fortaleza)	3	1.296,76	886,34	2.183,10	435,60	75,00	80,59	35,89	0,00	-56,76	392,36			9.437,34
	9													39.918,37
PREVISÃO PARA AUXÍLIO/BENEFÍCIO PREVISTOS NAS CCTO														R\$ 798,37
VALOR TOTAL MENSAL														R\$ 40.716,74
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES														R\$ 488.600,88

1. Valor Global da Proposta: R\$ 488.600,88

quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos reais e oitenta e oito centavos



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



1º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001.03/2020

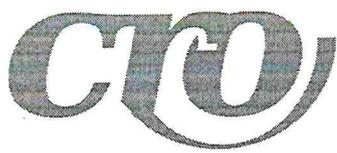
1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 001.03/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº001/2020, que entre si celebram de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ**, pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 07.299.589/0001-10, através do Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, neste ato representado pelo respectivo Presidente, Sr. **Gládyo Gonçalves Vidal**, neste instrumento denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a **SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Luiz Gama, no.280, Bairro Luciano Cavalcante, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **VICTOR SIMÃO BEDÊ**, portador do CPF nº 007.514.943-56, neste ato denominada **CONTRATADA**, para os fins que indica.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

Os Contratantes celebraram Termo de Contrato nº 001.03/2020 em 01 de abril de 2022, com vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, de conformidade com o Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial nº 001/2020;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO ADITIVO

O objeto do presente aditivo é o reequilíbrio econômico e financeiro para referido objeto de contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, nas categorias de Agente Administrativo (05 vagas); Técnico de suporte operacional em Hardware e Software (01 vaga) e Auxiliar de Serviços Gerais (03 vagas) para exercer as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, devendo ser aplicados os novos valores, de acordo com a planilha de cálculo em anexo, referente a Convenção Coletiva de 2022, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de abril de 2022, conforme Convenções Coletivas de Trabalho 2021 e 2022, celebradas entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONS DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ nº 11.088.721/0001-11 e SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, CNPJ nº 23.443.849/0001-35, a CCT de 2021 protocolada em 19.02.2021, sob o registro MTE nº CE 000173/2021; solicitação nº MR008154/2021 e processo nº 13624.100729/2021-22 e a CCT de 2022, protocolada em 11.02.2022, sob o registro MTE nº CE 000092/2022; solicitação nº MR005653/2022 e processo nº 13624.100537/2022-05 – categorias ASSEIO e com SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ nº 11.822.343/0001-58, protocolada em 17.03.2022, sob o registro MTE nº CE 000190/2022; solicitação nº MR010748/2022 e processo nº 13624.101017/2022-10 – categoria Técnico de Suporte em Hardware e Software e para categoria, conforme disposto no artigo 65, II “d”, da Lei Federal nº 8.666/93.



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL DO ADITIVO

Com a repactuação (reequilíbrio econômico e financeiro) ora firmada, o valor global do presente contrato passa a ser de **R\$ 562.264,20 (quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos)**, conforme planilha em anexo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalterados todas as demais Cláusulas constantes do Contrato original e seus aditivos.

E assim, por estarem justos e acordados, para a validade do que foi pactuado, firmam o presente Termo de Aditivo na presença de 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Fortaleza (CE), **30 de Novembro de 2022**

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DO CEARÁ – CRO/CE
CONTRATANTE

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF Nº. 007.514.943-56
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

PLANILHA CCT 2022 ASSEIO E INFORMATICA

CATEGORIA	QTD	SALARIO BASE CCT 2022	68,35%		MONT A	V A	CESTA BÁSIC	V T	PLANO SAÚDE	Farda	10,00	-2,60%	12,25%		VR. TOTAL (MENSAL)
			ENC. SOCIAIS	MONT B									TRIB	TX. ADM	
AGENTE ADMINISTRATIVO – NIVEL II (Fortaleza)	3	2.363,71	1.615,60	3.979,31	503,34	88,04	29,78	41,00	0,00	-103,46	1.205,37	646,67	5.184,68	R\$ 15.554,04	
AGENTE ADMINISTRATIVO – NIVEL III (Fortaleza)	2	3.109,83	2.126,57	5.236,40	503,34	88,04		41,00	0,00	-136,12	1.313,02	816,76	6.548,42	R\$ 13.096,84	
TÉCNICO EM HARDWARE E SOFTWARE (Fortaleza)	1	3.055,65	2.088,54	5.144,19	503,34	88,04		41,00	0,00	-133,75	1.302,73	804,10	6.446,92	R\$ 6.446,92	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Fortaleza)	3	1.492,87	1.020,37	2.513,24	503,34	88,04	82,03	41,00	0,00	-65,34	1.099,70	450,63	3.612,94	R\$ 10.838,82	
	9													VALOR MENSAL R\$ 45.936,62	
PREVISÃO PARA AUXÍLIO/ BENEFÍCIO PREVISTOS NAS CCTO															
VALOR TOTAL MENSAL R\$ 918,73															
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES R\$ 46.855,35															
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES R\$ 562.264,20															

1. Valor Global da Proposta: R\$ 562.264,20

quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos



2º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001.03/2020

2º Termo de Aditivo ao Contrato nº 001.03/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº001/2020, que entre si celebram de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ**, pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 07.299.589/0001-10, através do Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, neste ato representado pelo respectivo Presidente, Sr. **Gládyo Gonçalves Vidal**, neste instrumento denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a **SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Luiz Gama, no.280, Bairro Luciano Cavalcante, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.367.730/0001-86, por seu representante legal, Sr. **VICTOR SIMÃO BEDÊ**, portador do CPF nº 007.514.943-56, neste ato denominada **CONTRATADA**, para os fins que indica.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OCNTRATO ORIGINAL

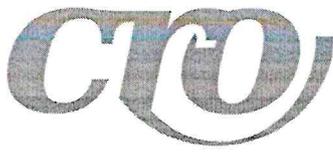
Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte dois firmou-se o Contrato nº 001.03/2020 celebrado em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 001/2020; 1º aditivo foi celebrado em 30 de novembro de 2022, tendo como objetivo a repactuação (reequilíbrio econômico e financeiro) do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO ADITIVO

O presente Termo de Aditivo tem por finalidade PRORROGAR POR MAIS 12 (DOZE) MESES, do prazo determinado no Contrato original, a começar do dia 01.04.2023, estipulado para a execução dos serviços tratados no Processo Licitatório Pregão Presencial nº 001/2020, o qual prevê à contratação de empresa para a terceirização de mão de obra, nas categorias de Agente Administrativo (05 vagas); Técnico de suporte operacional em Hardware e Software (01 vaga) e Auxiliar de Serviços Gerais (03 vagas) para exercerem as atividades inerentes ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 que fundamenta o referido objeto e Processo Licitatório Pregão Presencial nº 001/2020.



CE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DO CEARÁ



CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS

Permanecem inalterados todas as demais Cláusulas constantes do Contrato original e seus aditivos.

E assim, por estarem justos e acordados, para a validade do que foi pactuado, firmam o presente Termo de Aditivo na presença de 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Fortaleza (CE), 20 de MARÇO de 2023

GLÁDYO GONÇALVES VIDAL
PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA DO CEARÁ - CRO/CE
CONTRATANTE

SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ Nº 04.367.730/0001-86
VICTOR SIMÃO BEDÊ
CPF Nº. 007.514.943-56
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. Luiz Otávio Vasconcelos Freitas

2. Kennedy Ribeiro